

Senado confirma reforma administrativa

J. Aurélio de Abreu

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) deverá apresentar, na semana que vem, um estudo sobre a reforma administrativa pretendida pelo Senado Federal. A análise foi encomendada pelo próprio 1º secretário da Mesa Diretora, senador Mendes Canale (PMDB-MS), e será elaborada sob a coordenação do professor Simão Lopes, responsável por pesquisas na área de administração da Fundação. O senador garante que "a reforma administrativa não tem o único objetivo de demitir ou colocar em disponibilidade qualquer funcionário, mas apenas tornar mais ágil o funcionamento do Senado". Ele afirmou ainda que nem mesmo os chamados "funcionários-fantasmas" serão punidos com a demissão, mas ficarão obrigados a se apresentar para trabalhar, em função da obrigatoriedade de se bater o ponto.

Segundo Mendes Canale, alguns funcionários já perceberam que não conseguirão compatibilizar os seus horários com a obrigatoriedade de trabalhar para o Senado, onde estão contratados. Por isso, muitos já pediram aposentadoria ou mesmo demissão. Canale acredita que entre aposentadorias compulsórias e solicitadas, pedidos de licença para tratar de assuntos particulares e demissões, 300 funcionários deixaram de fazer parte dos quadros do Senado. Com a obrigatoriedade de bater o ponto eletrônico, o número deverá ser ainda maior, avalia.

Esse é um dos resultados práticos apontados por Canale da reforma administrativa que vem sendo implantada no Senado. Outro exemplo é a extinção de alguns cargos desnecessários, como o de diretor da Secretaria de Anais. O funcionário que estava nessa função se aposentou e a Mesa, ao invés de substituí-lo, indicou o diretor das Edições Técnicas para acumular esta função, visando a incorporação das duas seções.

Modernização

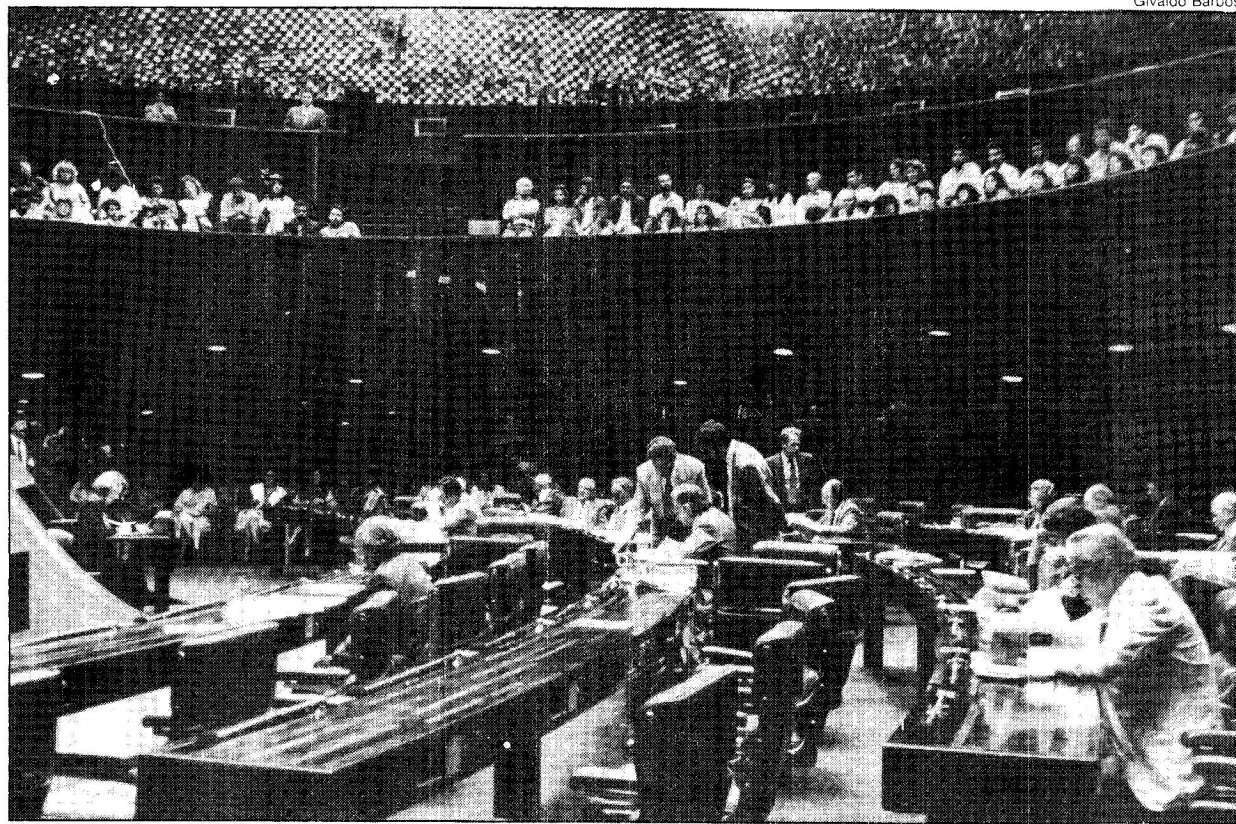
"Estamos preocupados em modernizar as atividades do Senado Federal, dando maior agilização nas atividades-meio, para que essas sirvam melhor às atividades-fim e, assim, o parlamentar tenha melhores condições para o exercício de seu cargo", explicou o 1º secretário da Mesa. Ele espera que ainda este ano o plenário aprove um projeto de resolução que trate da reforma administrativa de forma bem ampla.

Essa não é a primeira vez que se tenta implantar uma reforma administrativa no Senado Federal. Na gestão da Mesa anterior, o Senador Jutahy Magalhães, na condição de 1º secretário, quis reduzir as funções gratificadas de 1.200 para apenas 200 e diminuir para a metade os cargos de chefia. De acordo com Jutahy, se tivesse conseguido êxito em sua proposta, o Senado teria economizado cerca de 10% de suas despesas.

Desvio de funções

Apesar de não ter conseguido que a Mesa da época apoiasse as suas propostas, ele apresentou um projeto de resolução, quando deixou o cargo, para que fosse apreciado pelo plenário, com as suas idéias. Logo depois, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) apresentou outro projeto, como substitutivo ao de Jutahy, na condição de relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fernando Henrique sugere, em seu projeto, o fim dos desvios de funções — pessoas contratadas para exercer um cargo, mas que são requisitadas para outras funções.

O projeto de Fernando Henrique Cardoso prevê a publicação anual dos Quadros de Pessoal do Senado, demonstrando a forma de admissão de cada servidor e apontando aqueles que são estáveis ou não, bem como em que dispositivo legal o funcionário está enquadrado. Da mesma forma, ele prevê a dedicação exclusiva do funcionário às atividades do Poder Legislativo.



Givaldo Barbosa

Modificações visam à racionalização, sem demissões e sem colocar servidores em disponibilidade



Josemar Gonçalves 12 04 90

Fernando Henrique quer o fim dos desvios de funções